



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

APRENDIZAGEM FLEXÍVEL, EXPANSÃO DO USO DAS TIC'S E O AVANÇO DO CAPITAL FINANCEIRO NA EDUCAÇÃO

TAISE CRISTINA GOMES C. DE NEGREIROS ¹

RESUMO

O presente artigo, fruto de pesquisa bibliográfica e documental, versa sobre a relação entre a expansão do uso das TIC's nas políticas educacionais e a necessidade de expansão predatória do capital financeiro e consolidação de um novo projeto de educação para a classe trabalhadora: a aprendizagem flexível. Esse novo projeto está assentado na defesa pela diversificação institucional, hibridização do ensino, fortalecimento da modalidade EaD. Compreendemos que essas tendências são caudatárias das transformações promovidas pelo avanço da indústria 4.0, se constituindo como novas estratégias do capital para recompor seu poder hegemônico em contexto de crise.

Palavras-chave: TIC's, Aprendizagem flexível, Educação, Capital financeiro.

FLEXIBLE LEARNING, EXPANSION OF ICT AND THE ADVANCE OF FINANCIAL CAPITAL IN EDUCATION

ABSTRACT

This article, based on bibliographic research, discusses about the relationship between the expansion of the use of

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Brasília

ICT in educational policies and the advance of financial capital and the consolidation of the flexible learning Project. This Project is based on the defense of institutional diversification, hybridization and the strengthening of the distance education modality. We understand that these trends are a consequence of the transformations promoted by the advance of industry 4.0, constituting new strategies of capital to rebuild its hegemonic power in a context of crisis.

Key-words: ICT's, Flexible learning, Education, Financial capital.

1 – INTRODUÇÃO

Este artigo traz as principais reflexões tecidas durante pesquisa desenvolvida no âmbito do estágio pós-doutoral cujo objetivo fora investigar o avanço do capital financeiro no âmbito da política de educação brasileira através da expansão do uso das TIC's no contexto da pandemia da COVID-19.

A pesquisa foi norteada pelo método crítico-dialético e realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental a qual buscou apreender as múltiplas determinações do objeto em questão, ou seja, compreender como a expansão do uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação (TIC's) está articulada à necessidade de expansão predatória do capital financeiro que persegue, cada vez mais, nichos lucrativos, sobretudo em países de economia dependente, como o Brasil.

Compreendemos que a expansão do uso das TIC's nas políticas educacionais é caudatária de um projeto de educação para a classe trabalhadora que vem se gestando desde o processo de consolidação do regime de acumulação flexível que visa garantir um processo de ensino-aprendizagem condizentes com as novas tendências postas ao mundo do trabalho: flexibilidade, descartabilidade e intermitência.

Assim, em um contexto de acirramento de crise econômica, intensificação da exploração do trabalho e recrudescimento do ideário neoliberal, a

desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais (dentre os quais destacamos o direito ao acesso à educação) se constitui em uma estratégia político-econômica central para a consolidação do domínio do capital financeiro e recomposição do poder hegemônico burguês.

2- O USO DAS TICS, EXPANSÃO DO CAPITAL FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO DE APRENDIZAGEM FLEXÍVEL PARA A CLASSE TRABALHADORA

O contexto de crise sanitária e socioeconômica provocado pela pandemia da COVID-19, intensificou o debate sobre as múltiplas possibilidades que o uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação, internet e inteligência artificial poderia trazer à educação brasileira. Diante da necessidade da adoção do isolamento social e da regulamentação do Ensino Remoto Emergencial², discursos apologéticos pela defesa de projetos como ensino híbrido, homeschooling e expansão do EaD ganharam força.

Todavia, esses projetos para a educação da classe trabalhadora e o entusiasmo diante das possibilidades que o uso das TIC's poderia proporcionar não são recentes. Eles tornaram-se mais intensos a partir dos anos 1970/1980, período este marcado pela intensificação com que estas mudanças e inovações tecnológicas foram produzidas, levando muitos intelectuais³ a afirmarem que estaríamos vivendo numa nova era, a sociedade do conhecimento/sociedade informacional, na qual o conhecimento passaria a ser o principal fator produtivo e o uso dos recursos tecnológicos seriam a principal força motriz responsável pela superação das problemáticas socioeconômicas e garantia de qualidade de vida à população.

Este discurso está alinhado às transformações societárias engendradas no ceio da sociedade capitalista desde os anos 1970, que decorreram na consolidação de um novo regime de produção denominado por Harvey (2008) de acumulação

2 A denominação de ensino Remoto Emergencial foi adotada como estratégia de garantir a realização da modalidade de Ensino a Distância nas instituições de ensino presencial sem, contudo, ter que se submeter às regulamentações a que esta é submetida no Brasil.

3 Para maiores aprofundamentos ver: Massuda (1982), Schaff (1995) e Levy (1999)

flexível. Essa nova dinâmica de (re)produção da sociabilidade capitalista implicou em um conjunto de transformações, tanto no âmbito da produção quanto no âmbito das relações sociopolíticas, necessárias ao processo de reconversão da produção e das relações sociais cujo objetivo fora possibilitar novas estratégias de superação da crise que assolou o modo de produção capitalista neste período.

Diante de uma crise que apresenta um caráter contínuo e estrutural (MESZÁROS, 2011), o Capital, enquanto sistema orgânico, necessita se reestruturar não somente no âmbito da produção fabril – desencadeando uma série de transformações que impactaram ferozmente a dinâmica de trabalho no interior das fábricas; mas também na vida social como um todo.

No que tange à relação capital *versus* trabalho, as principais características dessas transformações são a defesa na flexibilidade dos processos de trabalho e maior dinamicidade e fluidez com que as mercadorias pudessem se realizar no mercado de consumo. Isto demandou uma maior substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e maior flexibilização das relações trabalhistas de modo a proporcionar a aceleração do tempo de giro do capital e, conseqüentemente, para a sua valorização e retomada das altas taxas de lucro.

No âmbito da vida social, estas mudanças exigiu uma nova dinamicidade da vida cotidiana, caracterizada pela aceleração dos ritmos dos processos econômicos e dos próprios processos sociais pautados no descarte e na efemeridade que alteraram, significativamente, as formas de pensar, ser e agir da população.

Para isto, a aceleração dos processos de desenvolvimento e inovação tecnológicas foi crucial, pois permitiu a superação de barreiras espaço-temporais, garantindo a amplitude do leque de possibilidades para a produção e circulação de mercadorias e inovação de estratégias de extração de mais-valor relativo.

Pela primeira vez na história da humanidade, transações comerciais, processos de compra e venda de produtos e até mesmo as formas de comunicação e interação humanas puderam ser realizadas em frações de segundo, independentemente do tempo e espaço nos quais os sujeitos envolvidos se encontrassem.

Se, por um lado, expansão dos recursos tecnológicos e a suplantação das

barreiras espaço-temporais garantiram conquistas à humanidade para o melhor atendimento de suas necessidades cotidianas, por outro lado, intensificaram as formas de exploração do capital sobre o trabalho. Redução dos postos de trabalho, flexibilidade nas formas de contratação, maior intensificação das jornadas de trabalho e desregulamentação dos direitos trabalhistas foram fundamentais para, cada vez mais, superar os limites temporais e físicos de submissão do trabalhador à exploração do capital (ROSSO, 2017), passando essa submissão não estar restrita somente no ambiente de trabalho, mas na totalidade da sua vida .

Esse processo de intensificação de exploração da força de trabalho humana e extração de mais-valia ganha novos contornos a partir dos anos 2000, com a eclosão de um novo ciclo de crise do capital e o recrudescimento do ideário neoliberal, que desencadeou uma série de ataques aos direitos sociais e trabalhistas, além do surgimento de novas formas de exploração da classe trabalhadora e regressão de direitos, provocando um quadro denominado por Antunes (2018) de desalento social, no qual os índices de desemprego e miséria alcançaram níveis alarmantes em todo o globo.

É nessa conjuntura que iremos identificar o avanço de novas tecnologias no campo da informação e comunicação, da Inteligência Artificial (IA) e dos recursos da internet no processo produtivo, ampliando possibilidades de o capital substituir a força de trabalho humana em processos de trabalho que, até então, eram inimagináveis: o campo da gestão empresarial, do controle e da supervisão do processo produtivo a partir de recursos digitais.

Essa nova configuração industrial denominada de indústria 4.0 (ANTUNES, 2018) terá por principal consequência o acirramento da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, ampliando o exército industrial de reserva e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Como afirma o referido autor (idem), o que se evidencia é um tempo do “não-trabalho”, do trabalho intermitente, ou seja, um contexto no qual a classe trabalhadora passará a se submeter a condições de trabalho cada vez mais instáveis, sem respaldo de direitos trabalhistas e vínculos empregatícios formais.

A precarização e exploração do trabalho ganha novas faces com o

surgimento e expansão do uso de plataformas virtuais que passam a mediar e, até mesmo, subjugar as atividades dos trabalhadores em um contexto que envolve maior flexibilização das relações e contratos de trabalho.

O surgimento das plataformas é corolário do processo que alguns autores, a exemplo de Grohmann (2020) e Martins (2020) irão denominar de dataficação da sociedade, que se constitui em extrair e produzir dados e informações que serão transformados em algoritmos e utilizados por empresas, principalmente as do campo de TI, para fins diversos: desde para o comércio publicitário até para a construção de programas e políticas específicas.

Com o desenvolvimento e aperfeiçoamento de recursos de tecnologias de informação e comunicação (TICs), dentre eles recursos de internet, inteligência artificial e internet das coisas, abriu-se um novo campo para ação predatória do capital financeiro e acumulação de lucros como forma de suprir a necessidade do capital em expandir sua área de dominação e exploração, transformando tudo em mercadoria potencial para ser vendida e comercializada.

Na era da digitalização, tudo é “repassado” para a linguagem computacional (algorítmica)⁴. A própria ação do homem pode ser codificada e registrada como um dado/informação na medida em que este faz uso de algum recurso da internet através da navegação de sites, uso de aplicativos ou plataformas.

A chamada dataficação também propicia a concentração, pois poucas empresas possuem a capacidade de desenvolver essa ampla captura de informações e de processá-las. A exemplo, temos empresas do ramo da tecnologia informacional como a Google, Facebook, Amazon, Apple e Microsoft que foram beneficiadas pelas mudanças nas comunicações e por lidarem com informações, ativos valiosos nesse momento. Em 2016, o faturamento da Google, Facebook, Amazon e Apple totalizou US\$ 469,3 bilhões de dólares, o equivalente a 26% do PIB brasileiro no mesmo período. (MARTINS, 2020).

Nesse contexto, os dados são tratados como capital – o “novo petróleo” – e, com

⁴Grohmann (2020) explica que os algoritmos são produzidos a partir do trabalho humano, como qualquer outra tecnologia. Eles podem ser produzidos tanto por empresas de tecnologia especializadas ou através da interação dos indivíduos com essas empresas. Porém, isso não significa que há uma relação de paridade entre essas duas formas de produção. As empresas, provedoras de informação, sempre terão uma atuação privilegiada nesse processo que está imbricado de interesses políticos e econômicos.

isso, cresce o imperativo pela sua constante extração. Para isto, o uso de plataformas se torna fundamental.

“ ‘ quando os dados são tratados como uma forma de capital, o imperativo de coletar muitos dados a partir de muitas fontes intensifica práticas existentes de acumulação e leva à criação de novas’. A acumulação de dados é também financeira e uma expropriação de recursos de outrem, quando ‘os dados são obtidos sem consentimento e compensação justa para produtores e fontes desses dados” (SADOWSKI, 2019 apud GROHMANN, p.110, 2020).

Assim, a expansão do uso de plataformas possibilita ao capital financeiro, ao mesmo tempo, extrair dados através das mediações algorítmicas que serão utilizados por este como forma de acumulação e extração do valor e; infiltrar-se na vida cotidiana dos sujeitos, mediante oferta de serviços personalizados, que, ao mesmo tempo em que atende as suas necessidades, estabelece uma relação de dependência destes com as infraestruturas da web (GROHMANN, 2020); além de acirrar as formas de gestão e supervisão sobre os trabalhadores através das formas de controle conduzidas pelos algoritmos⁵.

Esse debate é fulcral para compreendermos a atual dinâmica de expansão do capital financeiro sobre as políticas educacionais alinhada à defesa pela reconfiguração do processo de ensino-aprendizagem e formação profissional da classe trabalhadora, o que denominamos, segundo Kuenzer (2007), por aprendizagem flexível.

A expansão do uso das TIC's, plataformas e recursos da internet no âmbito das políticas educacionais possibilitaram a abertura de novos campos para a exploração do capital financeiro através da extração de dados e venda e consumo de serviços educacionais, contribuindo para o acirramento do processo de privatização das instituições de ensino e mercantilização da educação que orientou as políticas educacionais desde os anos 1990.

Nesse contexto, identificamos diversas empresas – sobretudo do campo da tecnologias da informação e comunicação –, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia – com destaque para o Banco Mundial e Unesco – hasteando a bandeira da imprescindibilidade do uso dos recursos tecnológicos para garantir a qualidade dos processos de qualificação profissional e ampliação do que

5 Para maior aprofundamento do debate sobre intensificação da exploração do trabalho mediado pelo uso de plataformas digitais consultar Grohmann (2020) e Abílio, Amorim e Grohmann (2021).

convencionou chamar de “oportunidades de aprendizagem” (BANCO MUNDIAL, 2011) mediante diversificação das modalidades e níveis de ensino ofertados. À guisa de exemplificação, iremos tratar sobre as iniciativas promovidas pelo Google.

2.1 As iniciativas do Google para a educação da classe trabalhadora: defesa por uma aprendizagem flexível e a busca por novos nichos de lucratividade

O Google foi inicialmente criado em 1998 como uma ferramenta de busca na internet a partir da qual seus usuários poderiam fazer pesquisa sobre um tema específico. Ao longo dos anos e com a criação do conglomerado Alphabet, o Google deixou de ser somente uma ferramenta de busca e pesquisa, passando a agregar diversas outras ferramentas que expandiram consideravelmente os seus serviços e, com isso, a sua lucratividade.

Atualmente, essa empresa tem como sua principal fonte de recursos a publicidade e propaganda, mas também oferece serviços de software, armazenamento em nuvem, comércio eletrônico, inteligência artificial, dentre outros. Em 2006, a empresa cria a plataforma Google For Education, a qual concentra diversas ferramentas que visam prestar serviços que favoreçam a aprendizagem dos alunos, maior dinamicidade em sala de aula e, assim, “impulsionar” a educação (GOOGLE, 2022).

O Google também vem concentrando investimentos em projetos que visam estimular uma maior incorporação da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem. Um exemplo desses investimentos é o projeto lançado nos EUA, o Programa Rolling Study Halls. O objetivo desse projeto é que os jovens possam melhor aproveitar o tempo que passam durante o longo percurso entre casa e escola (principalmente nas regiões rurais) para estudar. Sendo assim, através deste programa foram implementados o acesso a internet wi-fi, dispositivos e apoio pedagógicos nos ônibus escolares (IDEM, 2022)

Esse projeto está perfeitamente alinhado aos preceitos já defendidos pela Unesco (2014; 2015) e Banco Mundial (2011) da possibilidade que o uso das TIC's propicia aos estudantes (em período escolar ou não) de aproveitarem locais como o trabalho, espaços públicos e até mesmo o tempo que passa nos meios de transporte

para estudar, assistirem aulas e etc.

O mote orientador dos discursos desses organismos internacionais é de que, diante do atual cenário perpassado por constantes transformações, a formação e qualificação profissional dos sujeitos não devem estar restritas aos espaços formais de ensino, mais precisamente às instituições de ensino presenciais. Estas instituições defendem que, atualmente, os recursos tecnológicos disponíveis possibilitam o uso de outros espaços e modalidades de oferta de cursos que podem ampliar as “oportunidades de aprendizagem dos sujeitos”. Nesse aspecto, há a defesa explícita por cursos na modalidade de ensino à distância e de curta duração como principais estratégias para possibilitar um processo de qualificação profissional mais individualizada, que corresponda aos interesses e necessidades particulares de cada sujeito.

Ainda seguindo essa perspectiva, o Google lançou, em 2022, seu novo produto do Google for Education: The Anywhere School 2022. O foco desse produto é conectar diversas ferramentas à plataforma Google com o objetivo de ajudar professores e alunos a desenvolver seu potencial de aprendizado de modo mais pessoal (SINHÁ, 2022). Dentre as ferramentas disponibilizadas, destacam-se: recursos para gravação e edição de vídeos; sistema de controle de transmissão entre dispositivos; ferramentas para criação de tarefas e acompanhamento de avaliações; melhoramento de interconectividade com o Google Meet. Assim, através desse produto o Google busca lançar ao mercado um sistema que garanta uma melhor experiência na execução de atividades educacionais digitais.

São através de iniciativas como estas que o Google e demais empresas alinhadas ideológica, política e economicamente aos interesses de expansão do capital, vem atuando na busca de consolidar um novo projeto de educação para a classe trabalhadora à luz do que consideremos projeto de aprendizagem flexível. Tendo o uso dos recursos de internet e tecnologias da informação e comunicação como um dos seus principais elementos, essa perspectiva de aprendizagem visa reconfigurar o processo de formação profissional e humana da classe trabalhadora de modo a conformá-la às novas exigências de trabalho e formas de interação social consolidadas através da expansão do uso de plataformas e redes sociais. Contexto

este mercado pela efemeridade, quase inexistência de vínculos empregatícios que estejam respaldados em direitos trabalhistas e consolidação da figura do trabalhador *just in time* e *freelancer*.

Nesse cenário, exige-se que a formação dos futuros trabalhadores seja voltada para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, criatividade e poder de iniciativa. O foco é formar um trabalhador para um futuro cada vez mais incerto no qual ele mesmo terá “que se virar” em encontrar um meio para garantir sua subsistência. A formação para seguir uma carreira mais homogênea é mostrada como fadada a ser superada e até mesmo inexistente.

Outro aspecto importante a ser destacado é como o Google consegue expandir seus recursos, mesmo em um contexto de crise econômica mundial potencializada pela pandemia da COVID-19.

No quarto trimestre do ano de 2021 a Alphabet, empresa holding a qual o Google faz parte, lucrou mais de 20 bilhões de dólares, o que representa um aumento de 35,5% se comparado com o mesmo período do ano anterior. O lucro acumulado entre janeiro e dezembro do mesmo ano cresceu 88,8%, atingindo mais de 76 bilhões. A receita anual total da empresa é de 257 bilhões de dólares. Os principais responsáveis pelo aumento do seu faturamento foi o crescimento do ganho com publicidade e investimentos em produtos de inteligência artificial. Outro elemento que, se comparado ao faturamento desses dois é pequeno, mas obteve um crescimento significativo foi o do serviço de computação em nuvem Google Cloud que obteve um faturamento de mais de 5 bilhões, registrando um crescimento de 44,6% no último semestre (CARVALHO, 2022).

Todavia, essa não foi uma excepcionalidade da Google. Demais empresas do campo de tecnologia informacional lucraram exponencialmente no contexto de crise pandêmica a partir de 2020, devido, principalmente, a adoção de modalidade de ensino remoto e *homeoffice* em diversos países. Segundo Santana (2021), a Google e a Microsoft tiveram um aumento da valorização do mercado financeiro em 50% no ano de 2020. Neste mesmo ano, a soma do faturamento das quatro maiores empresas do ramo tecnológico (Apple, Amazon, Google e Microsoft) totalizaram US\$ 176,8 bilhões de dólares.

As transformações inerentes ao regime de acumulação flexível e expansão do capital financeiro através, sobretudo, pela expansão do uso dos recursos das TIC's e de internet, foram viabilizadas graças ao suporte político ideológico do neoliberalismo que o fundamentaram e lhes garantiram as bases normativas-jurídicas capazes de consolidar o novo projeto de dominação do capital.

Compreendemos que o Capital sempre necessitou da atuação do Estado Neoliberal para que seus anseios econômicos fossem atendidos: através de garantia de estabilidade monetária mediante contenção de gastos sociais; controle das taxas de desemprego; redução de impostos para altos rendimentos. Conforme afirma Behring (2003), o Estado neoliberal é um estado contrarreformista, pois efetiva um verdadeiro ataque às poucas conquistas realizadas pela classe trabalhadora durante o período de bem-estar social acirrando, desse modo, a regressão das condições de vida e de trabalho da população.

O Estado neoliberal se constitui, portanto, como estratégia política econômica central capaz de articular os elementos jurídicos-normativos necessários à implementação de uma nova agenda no campo das relações de (re)produção da vida social pautada na defesa exacerbada do individualismo, de um novo gerenciamento e em novas técnicas de administração – tanto no campo empresarial quanto no âmbito do funcionalismo público.

Em países de economia dependente, o processo de implementação das reformas neoliberais foi efetivado através da incorporação de uma série de orientações formuladas por organismos internacionais – dentre os quais destacamos: Fundo Monetário internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) –, os quais indicam diversas medidas a serem adotadas por esses países como estratégia de garantia para o pagamento da dívida pública que esses países adquiriram junto aos credores internacionais em anos precedentes.

No Brasil, essas orientações foram as principais balizadoras das políticas econômicas adotadas pelos governos brasileiros nos últimos 30 anos as quais, em linhas gerais, tiveram por principal objetivo: garantir a expansão da privatização de empresas estatais e de serviços públicos (tais como educação, saúde e previdência social); consolidar medidas de desvio de recursos públicos para o pagamento da

dívida externa.

Estas medidas causaram uma verdadeira paralisia das despesas públicas com prestação de serviços que têm, por objetivo precípua, garantir o acesso da população aos direitos sociais recentemente conquistados e legitimados pela Constituição Federal de 1988. Conforme afirma Chesnais (2010), o desvio de recursos públicos para o pagamento da dívida pública se constitui em uma forte estratégia para o capital garantir a sua valorização e facilitar as políticas de privatização e acirramento o processo de exploração e expropriação da classe trabalhadora brasileira.

Uma das experiências mais recentes de ataque neoliberal aos direitos sociais no Brasil foi a aprovação da Ementa Constitucional nº95/2016, durante o governo do presidente Michel Temer. Esta prevê o congelamento dos gastos estatais por 20 anos, o que mina as possibilidades de provisão estatal de uma maior parcela do fundo público para a prestação de serviços sociais, tais como saúde e educação.

No governo do atual presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) os cortes para as políticas de saúde e educação foram ainda mais acirrados. No final de maio de 2022, o governo anunciou uma redução de 14,5% de recursos para o MEC provocando um verdadeiro estrangulamento orçamentário para diversas áreas comprometendo, inclusive, o funcionamento das instituições federais de ensino e pesquisa que, desde o início do governo, estão ameaçadas a terem suas atividades suspensas por falta de recursos para conseguir pagar as despesas básicas e garantir programas de assistência estudantil e restaurante universitário. (ANDES, 2022)⁶.

Compreendemos que esses cortes fazem parte do projeto neoliberal de deterioração estratégica dos sistemas de ensino públicos (FOSTER, 2013) como forma de justificar a ausência e “ineficiência” do Estado em prover tais serviços, abrindo um campo de exploração para o mercado privado.

3. O AVANÇO DO CAPITAL FINANCEIRO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

⁶Ressaltamos que esse corte orçamentário ocorre em um contexto de retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino após dois anos de suspensão de suas atividades devido à necessidade de isolamento social como estratégia de conter o avanço da pandemia COVID-19, em um contexto em que as instituições mais precisam de investimento em infraestrutura para garantir o retorno seguro dos seus servidores e alunos.

ATRAVÉS DA EXPANSÃO DO USO DAS TIC'S E DAS PLATAFORMAS DIGITIAIS

No Brasil, o avanço do capital financeiro no campo da educação vem se gestando de modo mais voraz a partir dos anos 1990. Ao longo dos últimos 30 anos, diversas medidas governamentais, orientadas pelos preceitos estabelecidos pelos organismos internacionais, promoveram mudanças profundas na estrutura jurídica da educação pública – com maior ênfase na educação superior – e na expansão do setor privado (FARAGE, 2021).

Dentre as principais medidas, podemos destacar: a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Os Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014; regulamentação do Ensino à Distância (através dos Decretos n.º 2.494/98 e 2.561/98); os programas de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (ProUni) e, mais recentemente, as propostas do Future-se e do Reuni Digital, dentre outras⁷.

Assim, ao longo dos últimos anos, evidenciamos o exponencial crescimento do setor privado no âmbito da política educacional brasileira legitimado pelos próprios aparatos normativos e jurídicos aprovados pelo Estado que, ao mesmo tempo em que promove uma deterioração estratégica do ensino público, abrem portas para expansão da rede privada.

Dados do INEP (2020) apontam que de um total de 8.680.354 matrículas, 5.574.551 estão concentradas em instituições presenciais (destas 3.775.571 em instituições privadas) e 3.105.803 em instituições na modalidade de ensino à distância (destas 2.948.431 em instituições EaD privadas). Como podemos evidenciar, atualmente, há o predomínio, tanto no âmbito do ensino presencial quanto no âmbito do ensino EaD, de matrículas em instituições privadas de ensino.

Com a aprovação da lei n.º 9870/1999 (permite que empresas do setor da educação superior abram capital e operem nas bolsas de valores) observamos a formação e o crescimento de grandes monopólios do campo educacional incentivados, sobretudo, pelos

⁷ Temos ciência que este debate requer um maior aprofundamento teórico, inviável de ser realizado diante dos limites deste artigo. Para isto, indicamos as leituras de Lima (2007); Lehr (2018).

altos investimentos de recursos públicos proveniente de programas como FIES e ProUni⁸ ao longo dos anos 2000.

A partir de então, grandes companhias do campo educacional passaram a comercializar ações na bolsa de valores, possibilitando a ação desenfreada da especulação financeira sobre a educação brasileira. Segundo pesquisa desenvolvida pelo Instituto Tricontinental em parceria com o Front (2020), oito grupos empresariais que atuam na educação brasileira têm capital aberto em bolsas de valores: cinco na Bovespa⁹ e três na Nasdaq¹⁰.

Todavia, o grande diferencial que irá caracterizar os serviços ofertados por esses grandes monopólios é que eles não restringem suas atividades a apenas um ramo como, por exemplo, o ensino superior. Eles expandem seus domínios sobre a educação brasileira através da compra de pequenas empresas das mais diversas áreas: educação básica, educação superior e técnica; mercado de materiais didáticos e, mais recentemente, plataformas digitais.

Outra estratégia de expansão do capital financeiro na educação brasileira é através do uso de recursos de tecnologias de informação e comunicação e de recursos da internet, tanto para a expansão de novas modalidades de ensino, tais como EaD e ensino híbrido, como para o uso de novos recursos didático-pedagógicos.

Os apologistas¹¹ do uso das tecnologias de informação e comunicação fortaleceram seus discursos ideológicos de defesa do uso desses recursos como estratégia para “salvar” a educação de um suposto descompasso com o desenvolvimento tecnológico atual. O uso desses recursos passa a ser defendido como princípio e fim último para resolver as problemáticas educacionais tais como evasão escolar, baixa qualidade do ensino e rendimento acadêmico/escolar dos estudantes, melhor gerenciamento institucional e inovação nas práticas didático-

8 Para um debate mais aprofundado consultar Lehr (2018)

9 Cogna, Yduqs Participações S.A; Ser Educacional S.A, Ânima Holding S.A; Bahema Educação S.A

10 Arco Educação S.A; Afya Participações S.A; Vasta Platform Limited

11 Aqui destacamos os organismos internacionais como a Unesco e o BM, autores como Christensen (2013); além de aparelhos privados de hegemonia nacionais como ABED e Todos Pela Educação.

pedagógicas.

Sob essa perspectiva, essas problemáticas educacionais não são compreendidas como questões inerentes às políticas educacionais brasileiras e a forma como estas foram, ao longo do seu surgimento e consolidação enquanto política pública, geridas pelo Estado a partir de um forte caráter dualista, heterônimo e autocrático, reflexo da própria sociabilidade brasileira¹².

Outra tendência que o avanço do uso das TIC's no âmbito das políticas educacionais brasileiras revela é a sede do capital pela busca por novos nichos de acumulação e extração de lucros. Isto se efetiva através da expansão quantitativa de empresas de tecnologias educacionais (Edtechs), bem como a crescimento de empresas que ofertam serviços tecnológicos, a exemplo da Google.

No Brasil, somente no ano de 2020, o número Edtechs cresceu 26,1% em relação ao ano de 2019 (ABSTARTUPS, 2020). O avanço da acumulação capitalista também é viabilizado pelo crescimento do uso das TIC's e recursos de internet nas políticas educacionais através da venda de conteúdos e serviços online. Segundo pesquisa realizada pela Abstartups (2020), 46,8% das empresas de tecnologia educacional (Edtechs) presentes no Brasil trabalham com oferta de plataformas de conteúdo online.

Essa tendência de expansão do uso das TIC's no âmbito da educação brasileira foi intensificada com o advento da Pandemia da COVID-19 no ano de 2020, que exigiu que a vida social fosse readaptada às exigências de quarentena e isolamento social, estratégias fundamentais para a contingenciamento social necessário à não disseminação do vírus causador da pandemia.

Neste cenário, diversas instituições de ensino tiveram suas atividades suspensas desde março de 2020, retornando gradualmente através da modalidade de Ensino Remoto Emergencial sendo este realizado via utilização de diversos mecanismos como plataformas digitais, apps de comunicação virtual via internet, dentre outros.

Diversas escolas e universidades públicas retomaram suas atividades

12 Para um maior aprofundamento sobre o caráter dualista e heterônimo da educação brasileira, ver Saviani (1995) e Leher (2018).

acadêmicas a partir da adoção de estratégias pedagógicas “improvisadas” e sem os recursos tecnológicos necessários à sua execução. Segundo dados apresentados pela nota técnica divulgada pelo IPEA em agosto de 2020, cerca de 17% da população não tinha acesso à internet banda larga ou 3G/4G em casa, sendo a maioria crianças e jovens negros e indígenas e com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo.

Mesmo diante dos dados que evidenciam o não acesso de considerável parcela da população aos recursos de tecnologias e internet necessários ao acompanhamento das aulas remotas, instituições como Unesco, BM clamaram pela urgência na continuidade das atividades escolares reivindicando a responsabilização do Estado na garantia das condições necessárias à viabilização do acesso às modalidades do ensino remotas através de parceria com grandes empresas, a exemplo da Google e Microsoft.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Alana em parceria com Educadigital e Intervozes, no Brasil, 70% das escolas públicas estaduais e municipais das capitais brasileiras contrataram serviços de plataformas privadas. Destas, 31,9% contrataram os serviços da Google (VERNEK, 2021).

A expansão do uso de plataformas nos processos de ensino-aprendizagem abriu um vasto campo para empresas que já atuavam na educação brasileira. Um dos exemplos que podemos destacar são as *holding* Cogna e a empresa Yudcs.

A Cogna é uma marca empresarial que funciona como uma *holding* que abriga diversas outras marcas, dentre elas a Kronton (educação básica, educação superior e EaD); Saber (educação básica, curso de idiomas e materiais didáticos), Vasta (produção de conteúdos, Edtechs e Serviços Digitais) e Platos (pós-graduação). Em 2019, o seu patrimônio líquido foi de mais de R\$ 15 bilhões (TRICONTINENTAL, 2020). Durante o contexto da Pandemia da COVID-19 a empresa registrou queda nas suas taxas de lucro. Porém, atualmente seu patrimônio líquido ainda continua na casa dos bilhões: mais de 13 bilhões segundo dados da realese de 2022.

Segundo informações da própria empresa, essa recuperação ocorreu graças aos processos de reestruturação dos negócios do ensino superior (Kroton) efetivado,

principalmente, através do aumento de demissões de funcionários e adoção do ensino híbrido e; da educação básica (Vasta). Em relação ao ano de 2021, a empresa obteve um aumento de seu lucro líquido de 58,8% (mais de R\$ 55 milhões de reais).

Em relação à Vasta, esta obteve uma receita líquida de R\$ 381 milhões no ano de 2022, graças à ampliação no mercado de atendimento às escolas na época da pandemia e aos serviços educacionais de assinatura. Atualmente, a empresa atende mais de 5 mil escolas no país.

Ela oferece diversos serviços de conteúdo e de Edtechs que visam prestar as mais diversas soluções de caráter educacional através de plataformas de serviço própria: desde plataforma para aprendizado digital (Plataforma Plurall); formação de professores (PROFS), até serviços para conteúdos extracurriculares com ensino de idiomas (Englis Stars), desenvolvimento de habilidades socioemocionais (Programa Líder de Mim) e aprendizagem de linguagem computacional (Mind Markers).

Outra empresa que merece destaque é a Yducs. Dona da Estácio e da Ibmecc, esta empresa teve um aumento de quase 76% em seu lucro no primeiro trimestre de 2022, totalizando um lucro líquido de 76 milhões. Esse crescimento foi em decorrência do aumento no número de matrículas nos cursos online na modalidade EaD – atualmente a empresa concentra um total de 961 mil alunos – e matrículas em cursos de graduação *premium* com preços de mensalidades mais altos (ex: medicina e áreas de engenharia). No total, a empresa teve aumento de 77% na sua base de estudantes em relação ao ano anterior, totalizando 1,27 milhões de alunos (FORBES, 2022).

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desses dados compreendemos que a defesa pela expansão do uso das TIC's está alinhada a um projeto de aprendizagem que visa garantir a formação da classe trabalhadora com base em um processo cada vez mais flexível, adaptável e célere; além de atender a uma necessidade econômica do próprio capital, em um contexto de acirramento de crise, com o objetivo de garantir um novo nicho de

investimento de acumulação capitalista.

Objetivo desta perspectiva de aprendizagem flexível é proporcionar ao educando o desenvolvimento de habilidades genéricas e competências necessárias à sua melhor adequação a nova dinâmica laboral emergente, que garanta a sua preparação com vistas à inserção em qualquer espaço de trabalho ou ação empreendedora.

Contudo, precisamos compreender como essas tecnologias são incorporadas nos processos formativos de uma sociabilidade que é estruturalmente desigual. O acesso à educação e ao conhecimento socialmente produzido não ocorre, nos marcos do capitalismo, de forma homogênea para todos os indivíduos, mas é perpassada pelo dualismo educacional que é inerente à sociabilidade burguesa e, portanto, perpassada pelo antagonismo de classes e conflitos de interesses que permeiam o sistema educacional.

REFERÊNCIAS

ANDES. “**Abaixo os cortes na Educação e na Ciência e Tecnologia!**”. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/abaixo-os-cortes-na-educacao-e-na-ciencia-e-tecnologia-conclama-diretoria-do-aNDES-sN1>. Acesso em: 22 de junho de 2022.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2018

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003

CARVALHO, Ana Luiza de. **Dona da Google lucra mais de 20 bilhões no 4 trimestre**; valor é acima do esperado. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2022/02/01/dona-do-google-lucra-mais-de-us-20-bilhoes-valor-e-acima-do-esperado.ghtml> Acesso: 25/05/2022

CHESNAIS. François. A proeminência da finança no seio do “capital e geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

FARAGE, Eblin Joseph. Contrarreforma da educação superior: aproximações ao balão de ensaio do período pandêmico. In: **Revista Libertas**, v.21, n.2, p. 383-407.

FORBES, Revista. Yduqs vê lucro avançar 76% no 1º trimestre. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/05/yduqs-ve-lucro-avancar-76-no-1o-tri/#:~:text=O%20grupo%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20Yduqs%20teve%20lucro%20%C3%ADquido%20de,aos%20de%20custos%20e%20despesas>. Acesso 25/05/2022

FOSTER, John Bellamy. Educação e crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos. In: **Revista Perspectiva**. Florianópolis, v. 31, n.1, p. 85-136, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acessado em: 15/07/2018

GOOGLE, For Education. **Ampliando a aprendizagem para todos**. 2022. Disponível em: https://edu.google.com/intl/ALL_br/why-google/our-commitment . Acesso 30/06/2022

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. In: **Revista Eptic**. Vol. 22, n.1, JAN-ABR/2020.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. 17. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. In: **XI ANPED Sul – Reunião Científica Regional da ANPED: educação, movimentos sociais e políticas governamentais**, UFPR, 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br>. Acesso em: 12 jan. 2018

LEHER, Roberto. **Universidade e Heteronomia Cultural no Capitalismo Dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**: economia e política. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PRONKO, Marcela Alejandra. Criando mercados de "oportunidades de aprendizagem": a cooperação financeira internacional e o exemplo da coursera. In: **Trabalho Necessário**, v. 20, n 42 (maio-agosto 2022)

ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. 1

ed. São Paulo: Boitempo, 2017

SANTANA, Wesley. **Com lucro recorde em 2020, quarteto de big techs vale um terço do PIB dos EUA**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/com-lucro-recorde-em-2020-quarteto-de-big-techs-vale-um-terco-do-pib-dos-eua/> acesso em: 20 de janeiro de 2022.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial**. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 4ªed. São Paulo: Editora Universidade Paulista: Brasiliense, 1995

SINHÁ, Shantanu. **A Escola em qualquer lugar 2022**. Disponível em: https://blog.google/outreach-initiatives/education/theanywhereschool-overview/?_ga=2.121469448.1010627876.1659358907-918874954.1659358907. Acesso em 30/06/2022

TRICONTINENTAL. **A educação brasileira na bolsa de valores: as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional**. Out. 2020.

VERNEK, Iago. **O poder das grandes plataformas digitais avança sobre a educação**. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-poder-das-grandes-plataformas-digitais-avanca-sobre-a-educacao-no-isolamento-social/#_ednref3 acesso: 20 de maio de 2022.